

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E
PEDAGÓGICAS DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO
FUNDAMENTAL II, NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GO**

Helcio Marques Junior¹
Narlene Naiara Ferreira²

RESUMO

Atualmente a educação inclusiva é uma tendência mundial, de luta contra a exclusão dos indivíduos em todas as suas formas. O objetivo desse estudo, foi analisar as condições físicas e pedagógicas das escolas que estão de portas abertas para receberem alunos com necessidades especiais, e partir de um levantamento bibliográfico da educação inclusiva, buscar uma reflexão de como ela esta sendo a vivenciada. Foi feito um levantamento de dados, através de um questionário contendo questões objetivas sobre inclusão e educação inclusiva, aplicado para professores de Ciências, nível Fundamental II. Foram escolhidas de forma aleatória quatro escolas da rede pública e quatro escolas da rede privada de educação de Goiânia. Obtiveram-se como resultados, a nítida falta de preparo para receber alunos especiais em sala de aula, falta de preparo, tanto da escola, quanto do professor, pois possuem escolas sem condições físicas e pedagógicas e receptivas aos alunos que necessitam de uma atenção especial. Pode ser observado também através do resultado obtido das entrevistas que o aluno especial esta sendo desprovido de um direito que deveria ser garantido.

Palavras Chaves: Educação inclusiva, Aluno especial, Ensino.

¹ Faculdade Araguaia- Departamento de Ciências Biológicas e departamento de pós-graduação em Análise e Gestão Ambiental- helciomarquez@hotmail.com

² Faculdade Araguaia- Discente do curso de Pós Graduação em Formação de Professores- Braille e Libras- narlenenaiar@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Inclusão social é um processo educacional gradual e interativo. É um movimento que respeita às singularidades de cada ser humano, oferecendo respostas às suas necessidades e particularidades. A perspectiva primordial da inclusão é a certeza das diferenças de cada indivíduo pois são as diferenças entre os seres humanos, que o caracterizam. O aluno é então entendido como um ser único, singular e social, que tem sua história de vida, constituindo-se então um ser histórico diferente (SILVA, 2008).

Nos séculos XVIII e XIX, foram construídas algumas instituições para que os deficientes tivessem uma educação à parte. Os asilos e manicômios acolhiam os “alienados” para tratá-los; o ambiente tornava-se uma espécie de prisão para a suposta proteção da sociedade. Neste compasso, com o isolamento dos deficientes, estes ficavam segregados, e isentos do convívio social. (AMARAL, 1995).

O senso comum reforçava a segregação e o preconceito sobre as pessoas que apresentavam limitação física ou intelectual, isso era agravado pela irresponsabilidade dos sistemas de ensino, e pela falta de informação sobre a educação inclusiva aos professores, que durante a formação acadêmica, não tiveram essas diferenças apresentadas. (MONTEIRO, 2004).

O movimento de Integração escolar teve início na Europa, no século XX, onde retirou as crianças e os jovens com situação de deficiência das instituições de ensino especial, e as inseriram na escola regular, onde tiveram uma oportunidade de convívio com outras crianças e melhores condições de aprendizagem. As práticas pedagógicas foram transportadas das instituições de ensino especial para a escola regular, numa vertente mais educativa, configuradas num programa educativo individual, de acordo com as características do aluno. (SANCHES; TEODORO, 2006).

Tendo em vista o programa de integração onde as escolas são adequadas ao alunos com necessidades educativas especiais, esta pesquisa visa analisar se as condições físicas e pedagógicas das escolas da rede pública e privada da cidade de Goiânia estão prestando um serviço de qualidade a todos os alunos com todas as características físicas e intelectuais, verificando assim, a presença de rampa, banheiros adaptados, material pedagógico especializado. É também de extrema importância saber o nível de preparação dos professores que diariamente recebem alunos com necessidades especiais em sala de aula, se esse docente tem interesse em se preparar ou se já sabe como lidar com alunos que possui uma deficiência

visual, auditiva entre outras propostas que por ventura esteja presente no dia a dia desses professores que serão entrevistados.

No Brasil, os deficientes foram vítimas de discriminação, segundo ARENDT (2004, p. 32) eram mantidas distantes de todos os setores da sociedade, sendo-lhe negado o acesso aos principais benefícios, bens e oportunidades disponíveis às outras pessoas em todas as áreas de atividade, tais como educação, saúde, mercado de trabalho, lazer, desporto, turismo, arte e cultura. Nesse sentido, a situação dos deficientes no Brasil não foi diferente do que aconteceu em outras partes do mundo. As pessoas que possuíam algum tipo de deficiência mental eram levadas para instituições específicas para se tratarem, sem qualquer contato com a sociedade “normal”.

Nesse contexto, mediante as injustiças sofridas pelos deficientes, eles começaram a ganhar um novo olhar perante sociedade. Surgem então, movimentos mundiais em defesa destas pessoas, sendo que, sua inserção começou em países desenvolvidos. O primeiro movimento aconteceu nas Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948, em Assembleia Geral das Nações Unidas, em Palais de Chaillot, Paris, onde foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esta declaração garante ao Ser Humano proteção devida suas características de humanidade e não somente como um Ser produtivo. Nesta declaração enfatiza-se o direito à vida, a liberdade, etc. O artigo 3: diz que, ‘Todo homem tem direito à vida e à segurança pessoal’; art. 7: ‘todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direitos a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação’. Art. 9: ‘ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado’; art. 12:

[...] ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques’. Tal declaração foi proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217 A (III) de 10 de Dezembro de 1948, publicada no diário da República, I série A, nº 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos negócios Estrangeiros.

Tendo como parâmetro legal a afirmação da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, a inclusão passou a receber dos governos o devido respeito e acatamento dos direitos do cidadão. Em se tratando de educação especial, a mesma se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais (CEDES, 2008).

EDUCAÇÃO ESPECIAL

O desenvolvimento dos serviços de educação especial saiu de uma fase inicial, completamente assistencial, que vislumbrava tão somente o bem-estar da pessoa portadora de algum tipo de deficiência para uma segunda, na qual prioritariamente foram visualizados os aspectos médico e psicológico. Em seguida, chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino. Hoje, proposta, a inclusão total e incondicional desses alunos nas salas de aula do ensino regular (MALVÃO, BARCELLOS; FREITAS, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (LDB) asseguram aos portadores de necessidades especiais direito a frequentar a escola pública mais próxima de sua casa, juntamente com as demais crianças e adolescentes. Os professores devem ser preparados para trabalhar com esses alunos sem precisar separá-los do restante da classe. Na prática, porém, os governos destinam pouca atenção ao assunto e dificilmente encontra-se uma escola pública preparada para receber alunos com necessidades especiais (MEDEIROS, 2007).

Mesmo quando concebida adequadamente, a educação especial no Brasil é entendida também como um conjunto de métodos, técnicas e recursos especiais de ensino e de formas de atendimento escolar de apoio que se destinam a alunos que não conseguem atender às expectativas e exigências da educação regular.

Em 9 de dezembro de 1975, a ONU aprovou a “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência”, no qual destaca-se o artigo 3º:

As pessoas portadoras de deficiência têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. Qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, os seus portadores têm os mesmos direitos fundamentais que seus cidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

Sendo que se torna relevante frisar o texto do artigo 8º da mesma Declaração que estabelece: “As pessoas portadoras de deficiência têm o direito de ter as suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social” (SASSAKI, 2003).

O atendimento às pessoas com deficiência iniciou-se ainda na época da lei nº 4.024/1861, onde se determinava o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, mas foi primordialmente a partir da década de 70 do século passado que leis e decretos foram criados para estabelecer os direitos daqueles que devem ser incluídos no sistema educacional (Tab 1).

Tabela 1 – Principais instrumentos legais sobre a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Lei nº. 5.692/71:	Altera a LDBEN de 1961, ao definir ‘tratamento especial’ para os alunos com “deficiências físicas, mentais.
A Constituição Federal de 1988:	“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”
Lei nº. 8.069/90 (ECA), art. 55:	"Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.
Decreto nº 3.298/99 regulamenta a Lei nº 7.853/89:	Sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.
Resolução CNE/CP nº1/2002:	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade.
Lei nº 10.436/02:	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia
Portaria nº 2.678/02:	Aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino
Decreto nº 5.296/04:.	Regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade

	reduzida
Decreto nº 5.626/05:, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular.	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras
O Decreto nº 6.094/2007:	Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

É necessário enfatizar que a pessoa com deficiência precisa de um acompanhamento diferenciado no que tange mais propriamente ao modo de comunicação, já que não existem problemas de outra ordem, tais como déficit de entendimento, que possa prejudicar seu aprendizado. Mesmo quando concebida adequadamente, a educação especial no Brasil é entendida também como um conjunto de métodos, técnicas e recursos especiais de ensino e de formas de atendimento escolar de apoio que se destinam aos alunos que não conseguem atender às expectativas e exigências da educação regular.

É certo afirmar que a inclusão escolar não é um papel das escolas especiais, e sim uma obrigação do ensino regular, concedendo aos professores a devida profissionalização e a instrumentalização necessária. Tratar com pessoas portadoras de DA (Déficit de Atenção), por exemplo, implica na mudança do pensar e do agir de toda sociedade (BLANDO, 2009).

O mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Sinais desse processo de construção são visíveis com frequência crescente, sendo observados, nos meios de comunicação, nas residências, nas políticas públicas e nos programas e serviços. Muitos países já adotaram a abordagem inclusiva em suas escolas e o Brasil ainda está buscando o seu caminho, mesmo com pouca ajuda técnica ou financeira, porém com grande determinação por parte de diretores, professores e pais, assim como de alguns secretários estaduais e municipais de educação (SASSAKI, 2005).

A educação vive no início deste século um clima de intensas mudanças em função dos novos paradigmas da educação especial. A nova tendência mundial é a de lutar contra a exclusão e avançar no ideal de uma escola que inclua a todos os alunos, independentemente

de suas condições pessoais, sociais ou culturais. Nessa perspectiva de atuação do processo de inclusão, há oportunidade de acesso à educação às pessoas, que historicamente, são deixadas à margem do processo educativo. Nessa nova tendência reconhece-se e valoriza-se o trabalho com diversidade, possibilitando reais oportunidades de igualdade, respeitando as diferenças; estimulando o trabalho de equipe; fomentando discussões, reflexões e estando em busca constante de alternativas facilitadoras do processo ensino-aprendizagem (MASIERO, 2009).

A inclusão como um processo individualizado, ao longo do tempo otimiza as possibilidades de desenvolvimento de todos os alunos com a diversidade e com a diferença. A educação inclusiva não é só uma questão de acesso, mas também de permanência e, principalmente, de qualidade. A inclusão representa um grande desafio para as escolas regulares, que estão sendo chamadas a levar em conta a diversidade e as características e necessidades dos alunos, entendendo que esse modelo é centrado nessa pessoa portadora de alguma necessidade especial e não no conteúdo, ou no processo de aprendizado como simples meta a um ensino (ARAÚJO; OMOTE, 2005).

É nessa perspectiva que os Parâmetros Curriculares Nacionais visa modernizar a escola, exigindo das instituições a adoção de princípios democráticos e educacionais que valorizem a diversidade, em vez da homogeneidade; atentar para o fato de que a inclusão educativa deve ser um projeto da escola e não de professores isolados (SOUZA, 2007).

Diferenciar e classificar os alunos dentro das suas possibilidades de atuação e participação em aula são atos de grande importância para o professor e completamente distintos da famosa “rotulação”. É a partir dessa diferenciação e classificação que o processo de planejamento passa a se desenvolver e quando necessário pode ser alterado, buscando o devido acerto (SILVEIRA *et al.*, 2008).

METODOLOGIA

A pesquisa foi fundamentada em um questionário, contendo dezoito questões fechadas, foi entrevistado um professor de ciências de cada escola. O questionário foi aplicado para o (a) professor (a) de ciências, A escolha do professor de ciências, é justificada pelos conteúdos ministrados pelo professor, para testa-lo em seus conhecimentos, já que na formação acadêmica ele adquire conhecimentos básicos de algumas patologias que possa desencadear uma dificuldade no indivíduo. Outro motivo da escolha do professor é porque a sociedade cobra a responsabilidade do ensino de qualidade, e o principal alvo dessa cobrança é o professor. Portanto é interessante demonstrar o lado dos professores, como é a visão deles

a respeito desse assunto e como é o cotidiano vivenciado por eles. Foram questionados sobre, existência de alunos com limitação na escola em que trabalha, mediante a existência, como seria o convívio desse aluno com a escola e os demais colegas, e sobre a formação do professor para trabalhar com o aluno, enfatizando as dificuldades de cada um.

Foi escolhido o nível Fundamental II por se a etapa mais longa de educação básica de ensino, Contendo 5 anos.

Com base no referencial teórico sobre Inclusão Social e, dando ênfase às questões de ensino-aprendizagem sobre a temática educacional, esta pesquisa configurou-se como qualitativo-descritiva. Foram escolhidas quatro escolas públicas e quatro escolas privadas, a escolha das escolas foi feita de forma aleatória, para não comprometer os resultados, foram bairros distintos e com realidades distintas, a análise comparativa será entre escolas publicas e privadas, avaliando os recursos de cada uma delas.

Os dados foram tabulados em um banco de dados, foi realizada uma análise de frequência (% porcentagens) das respostas e em seguida a produção dos gráficos, essa análise foi realizada através do software Microsoft Office Excel 2007.

Descrição das Instituições de Ensino

Foram pesquisadas quatro escolas públicas e quatro escolas privadas, no período de Abril 2013 a Maio de 2013. Sendo as escolas localizada no município de Goiânia e situada em diferentes setores. (Tabela 2).

Tabela 2. Identificação da localização das Instituições educativas pesquisadas

Escola	Localização/Setor	Publica ou Privada	Características das escolas pesquisadas
A	Jardim America	Pública (Estadual)	Escola trabalha desde o ensino fundamental ate ensino médio
B	Guanabara	Pública (Estadual)	Escola trabalha desde o ensino fundamental até ensino médio
C	Cidade Jardim	Pública (Estadual)	Escola trabalha desde o ensino fundamental ate ensino médio
D	Parque Amazonas	Pública (Municipal)	Escola Trabalha com ensino fundamental I e II.
E	Centro	Privadas	Escola trabalha da educação infantil ao fundamental II.

F	Pedro Ludovico	Privadas	Escola trabalha desde a educação infantil até o ensino médio.
G	Campinas	Privadas	Escola trabalha desde a educação infantil até o ensino médio.
H	Centro	Privadas	Escola trabalha os ensinos fundamentais e o ensino médio.

Nas escolas pesquisadas, foi firmado um acordo de não expor o nome das mesmas.

A escola A, B, C e D trata-se de escolas estaduais e municipais, a escola A, é localizada no setor Jardim America na cidade de Goiânia, é uma escola estadual. A escola B situada no setor Guanabara, é um colégio estadual. A escola C trata-se de uma escola estadual, situada no setor Cidade Jardim, na cidade de Goiânia e a Escola D trata se de uma escola municipal, situada no setor parque Amazonas na cidade de Goiânia.

As escolas E, F, G e H são escolas da rede privada de ensino. A escola E, é uma instituição que oferece serviço da educação infantil ao nono ano (fundamental II). A escola F situada no setor Pedro Ludovico, oferece serviços da educação infantil ao ensino médio. A escola G trata-se de uma escola privada, situada no setor Campinas, oferecem serviços de educação infantil ao ensino médio. A escola H, situada no setor centro da cidade de Goiânia, oferece serviços do ensino fundamental ao ensino médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi aplicado o de questionário para professores de Ciências da rede pública e privada do município de Goiânia, o primeiro ponto do questionário foi identificar se na escola em que o docente ministra suas aulas, frequentavam alunos com algum tipo de limitações físicas ou intelectuais. (Figura 1).

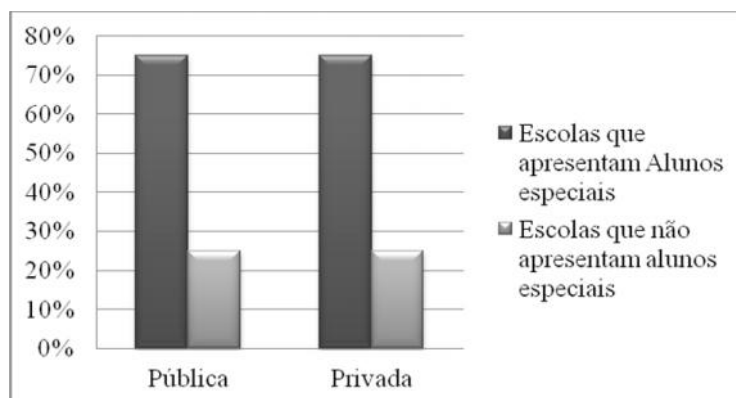


Figura 1. Número de escolas que apresentam alunos com algum tipo de limitação física ou intelectual.

Pode ser observado que 75% das escolas públicas apresentam alunos com algum tipo de limitação, física ou intelectual. A proporção para colégios privados foi a mesma. Lembrando que ambos possuem a obrigação de receber o aluno especial nas escolas, uma vez esse aluno matriculado, deve ser garantido a ele uma educação de qualidade, com todos os recursos necessários para que seu aprendizado seja eficiente.

A segunda questão questiona se o professor tem dificuldade em apresentar o conteúdo em sala, todos disseram que não apresentam dificuldade (Figura 2).

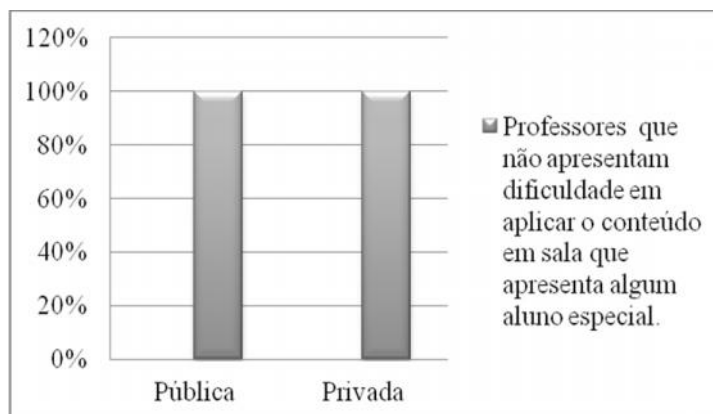


Figura 2. Número de professores que não apresentam dificuldade em aplicar conteúdo em uma sala que apresenta alunos especiais.

Todos os professores entrevistados que possuem alunos especiais, afirmaram que não apresentam nenhuma dificuldade em aplicar o conteúdo e que ministra o conteúdo de forma natural. Disseram ainda que o aluno especial consegue acompanhar de acordo com a limitação que ele apresenta.

A questão três pretende saber se o aluno com necessidades educacionais atrapalha a aula, no sentido de atrasar o andamento do conteúdo proposto, por motivo de dúvida. O objetivo

desta pergunta é saber se o aluno se sente a vontade naquele ambiente, se existe o constrangimento de fazer as perguntas, ou se o processo de inclusão esta sendo bem aceito por toda a escola. Como pode ser observada na Figura 3, dentre as escolas públicas pesquisadas, de acordo com os docentes entrevistados, 100% disseram que o aluno especial não atrapalha o andamento da aula, os docentes das escolas privadas afirmaram que 33% afirmam que os alunos atrapalham de alguma forma o andamento da aula e 67% dos alunos especiais não atrapalham nem atrasa em nada no andamento da aula programada.

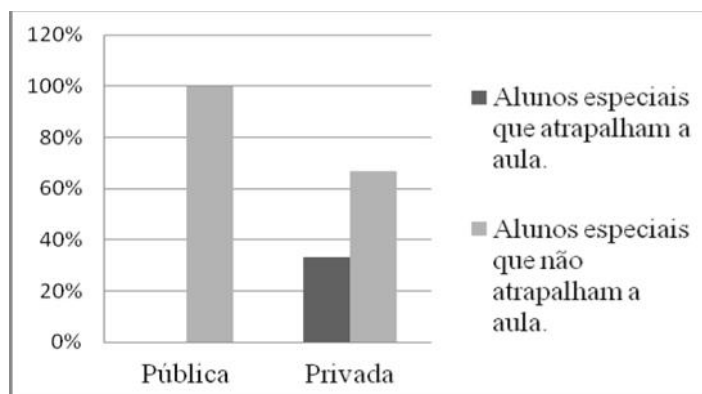


Figura 3. Quantidade de aluno especial que atrapalha ou atrasa a aula por motivos de dúvidas.

Na questão 4, o objetivo foi saber se o aluno especial consegue acompanhar o conteúdo dado em sala juntamente com os colegas. De acordo com a visão dos docentes entrevistados pode observar na Figura 4 que 100% das escolas públicas que possuem alunos especiais, afirmam que eles não conseguem acompanhar o conteúdo proposto para o restante da turma, os docentes observaram que depende da limitação de cada aluno, se ele tem um acompanhamento com tarefas diferenciadas, eles conseguem acompanhar o restante da turma. As escolas da rede privada que possuem alunos especiais, disseram que 67% desses, conseguem acompanhar o restante da turma e apenas em 33% não conseguem acompanhar.

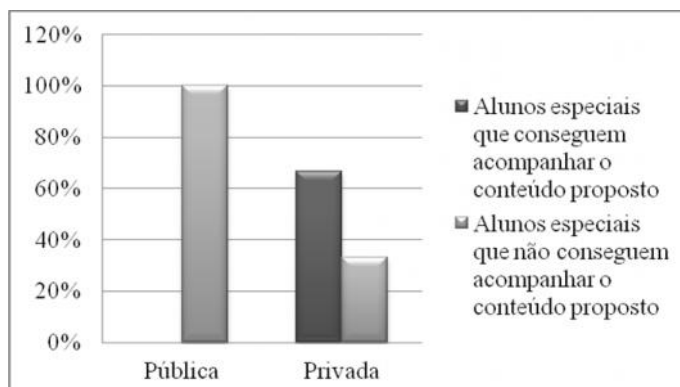


Figura 4. Número de alunos especiais que conseguem acompanhar o conteúdo juntamente com o restante da turma.

Não pode ser afirmado o porquê que esses alunos especiais não conseguem acompanhar o conteúdo, e porque não fazem perguntas ou não participam efetivamente nas aulas, pois alunos sem nenhuma necessidade educativas especiais possuem o mesmo comportamento. Este trabalho não visa estudar esses comportamentos, ele tem o objetivo de avaliar as condições físicas e pedagógicas das escolas que recebem alunos especiais. Considerando a afirmação citada logo acima do autor SASSAKI,2003, esse aluno tem direito de ter suas necessidades levadas em consideração, inclusive na escola, onde ele necessita de uma atenção especial e se preciso uma explicação mais detalhada.

Na questão cinco a intenção foi avaliar se existe diferença de tratamento entre os alunos na escola, se os alunos que não apresentam limitação se julgam superiores aos alunos que apresentam qualquer tipo de limitação (Figura 5).

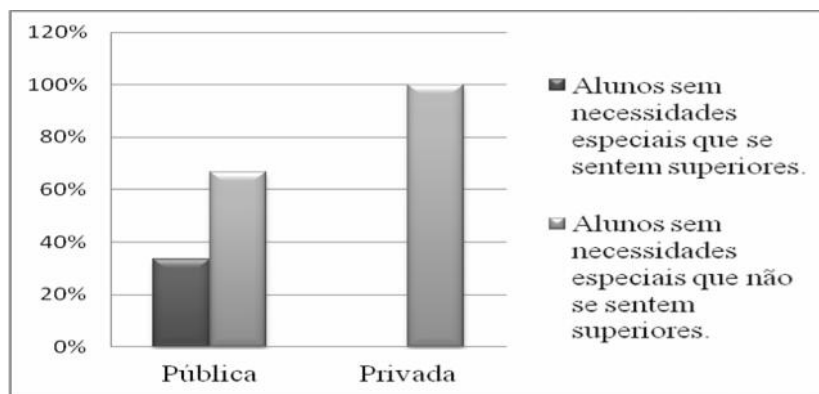


Figura 5. Alunos que não apresentam limitação física ou intelectual se sentem superiores aos alunos especiais.

Ao avaliar os resultados, observa-se que, 33% das escolas públicas apresentam uma rejeição da turma por parte dos alunos especiais. O professor afirma que é necessário um trabalho de esclarecimento para que tenha aceitação, 67% dos docentes das escolas públicas afirmam não existir qualquer tipo de rejeição com os alunos especiais. Nas escolas do setor privado 100% afirmam que há uma total aceitação da turma para com aquele aluno especial.

Na questão seis, o propósito foi identificar a contribuição da familiar na formação do aluno na escola, e se não contribuía quais os fatores eram evidentes que justificavam essa ausência. (Figura 6).

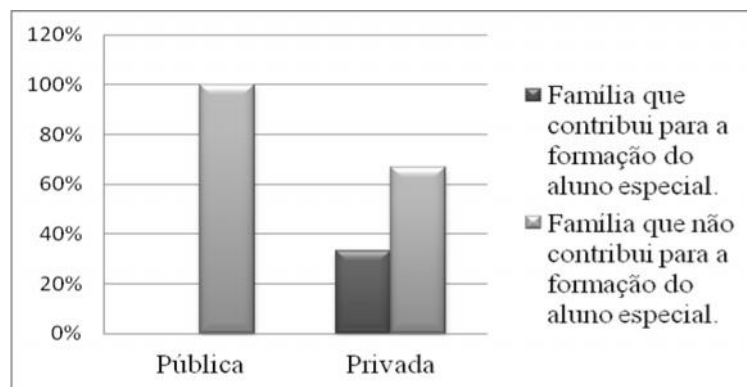


Figura 6. Número de família que contribuía para a formação dos alunos especiais.

De todas as escolas públicas pesquisada que havia alunos especiais, 100% dos professores, afirmaram que a família não contribuía para a formação dos alunos na escola. Os fatores que foram evidentes para justificar a ausência da família na visão dos docentes foram a falta de recurso financeiros por parte da família, e a indiferença com situação do aluno na escola. Um docente fez um desabafo afirmando que a família não ajuda, mas exige resultados da escola como se a escola fosse exclusivamente responsável pelo aprendizado e educação do aluno.

Já no ensino privado, 33% dizem que os pais ajudam no desenvolvimento do aprendizado do aluno e 67% não acompanham o andamento do aluno especial na escola. Pode observar que âmbito geral os pais depositam na escola a responsabilidade de um resultado positivo do aprendizado dos alunos especiais.

Na questão sete, a indagação ao professor foi se ele considera necessário a presença de um auxiliar em sala de aula, 100% dos docentes da rede pública acham importante e essencial a presença de um auxiliar em sala de aula para ajudá-lo com as dificuldades do aluno especial, uma surpresa foi como os professores da rede privada de ensino, 50% desses afirma que não consideram importante a presença de um auxiliar em sala de aula, como pode ser observado na figura abaixo. (Figura 7).

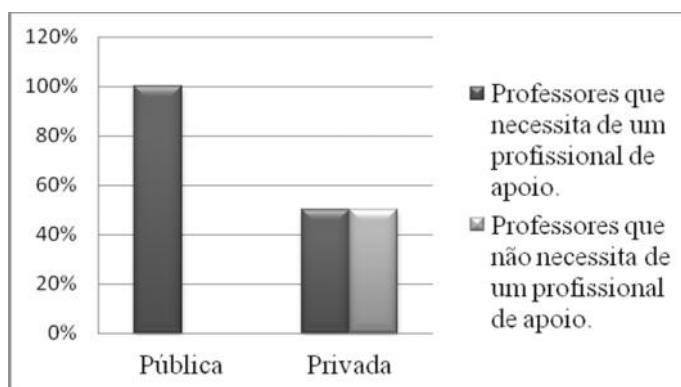


Figura 7. Número de professores que acham importante a presença de um profissional auxiliar em sala de aula que apresenta algum aluno especial

Mediante importância relatada pelos professores e a necessidade da presença do professor de apoio, a questão oito pretende saber se as escolas disponibilizam o professor auxiliar, especialmente na situação de crianças surdas e mudas.

De acordo com os docentes entrevistados 100% das escolas privadas pesquisadas apresentam esse profissional quando ele é necessário, e 75% das escolas públicas possuem o professor auxiliar, enquanto que 25% dessas não oferecem esse profissional. Como pode ser observado na figura 8.

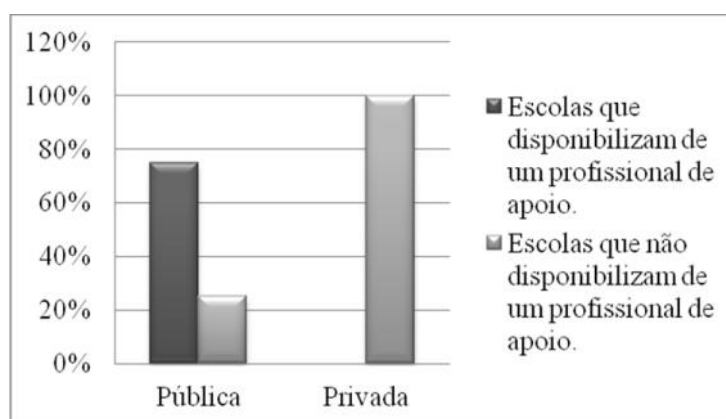


Figura 8. Número de escola que disponibiliza o profissional de apoio.

Na questão nove pergunta se a escola oferece suporte para agregar o aluno especial. Como pode ser observado na figura 9, nas escolas públicas pesquisadas 25% delas não oferecem suporte físico ou pedagógico para agregar o aluno especial na escola, tendo 75% das escolas publicas oferecendo suporte para agregar o aluno especial. Nas escolas privadas 50% afirmar que possuem estrutura para ingressar esse aluno especial na escola, e 50% dessas não estão preparados para receber um aluno com limitação.

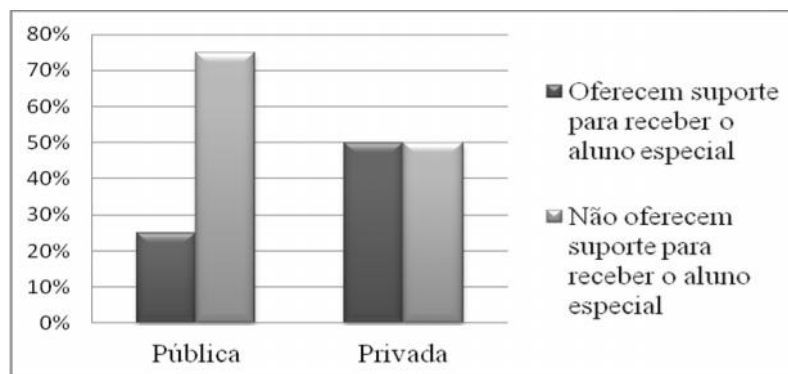


Figura 9. Número de escolas que oferecem suporte para receber alunos especiais.

Foi perguntado na questão dez, se a escola oferece aos professores algum tipo de recurso didático para trabalhar com alunos especiais, como conteúdo em braile, tradutor em libras, ábaco entre outros, 75% das escolas públicas possuem material didático e 25% das escolas públicas possuem professores sem nenhum tipo de suporte para trabalhar com aluno especial. Nas escolas da rede privada de ensino apenas 25% das escolas oferecem algum tipo de suporte para os professores, e 75% das escolas não possuem nenhum tipo de suporte para o professor trabalhar com alunos especiais. Muitos professores destacaram o suporte pedagógico, acompanhamento de uma psicopedagoga na escola, mas nas escolas que tinha a presença desse profissional, não oferecia nenhum suporte para o professor trabalhar dentro da sala de aula com o aluno portador de limitação.

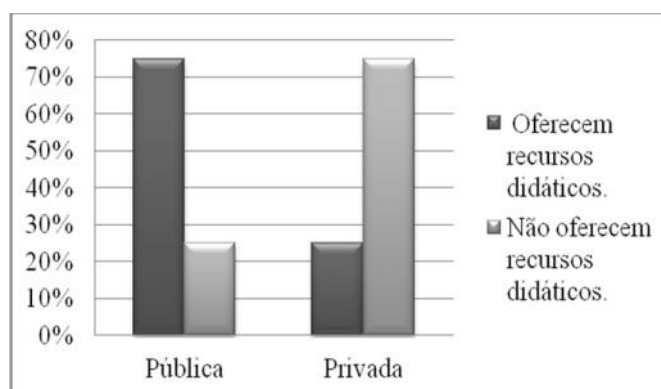


Figura 10. Escolas que oferecem suportes pedagógicos para receber alunos especiais.

Como pode ser observado na Figura 10-A, que das escolas públicas que oferecem suporte para professores, 40% desses suportes corresponde o tradutor em libras, 20% o ábaco, 20% corresponde a outros suportes como a presença de uma psicopedagoga pra orientação dos alunos e professores, uma mesma escola apresentou duas opções, foi a escola municipal

que tinha um ábaco e um tradutor de libras. Do restante das escolas pesquisadas, todas tinham um tipo de material ou nenhum.

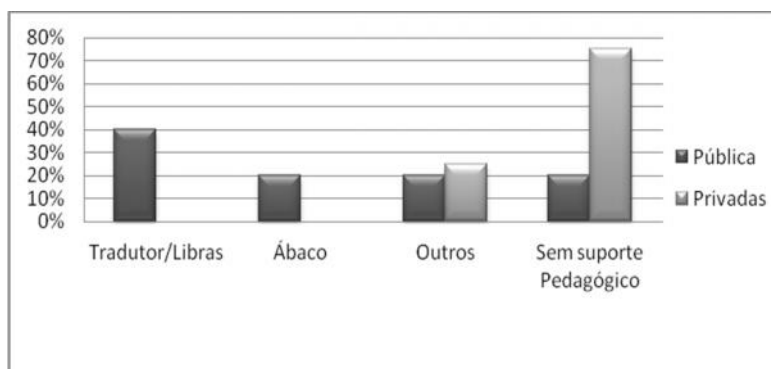


Figura 10-A. Tipos de suporte pedagógico disponíveis nas escolas analisadas.

Objetivo da questão onze foi identificar se a escola oferece recurso físico (como rampa, elevador, mesa para cadeirante) para receber o aluno especial (Figura 11).

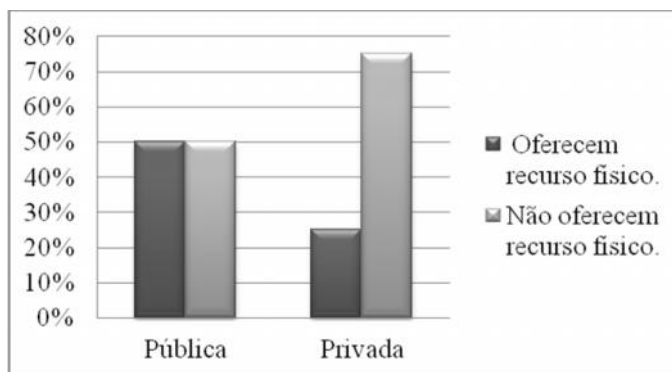


Figura 11. Escolas que oferecem recursos físicos para receber alunos especiais.

De acordo com os professores das escolas públicas 50% delas possuem algum tipo de estrutura para receber algum tipo de aluno especial. Dessas, 25% possuíam rampa e 25% possuíam banheiros adaptados. E de acordo com os professores da rede privada de ensino 75% das escolas não possuem nenhum tipo de estrutura física para receber o aluno especial, e apenas 25% delas possuem algum tipo de estrutura física para dar acessibilidade na escola. Neste caso 25% possui rampa na escola como pode ser analisado na Figura 11-A.

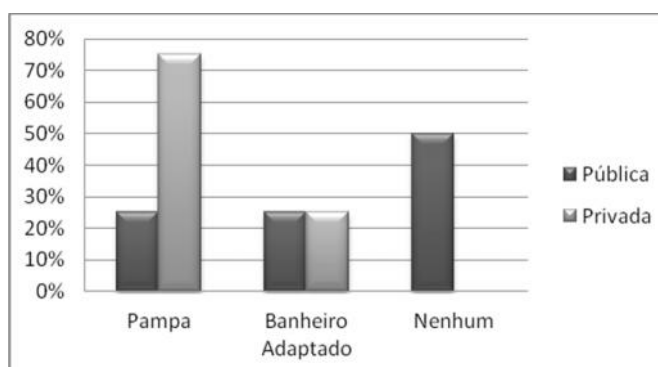


Figura 11-A. Tipo de recursos físicos disponíveis nas escolas analisadas.

A abordagem da questão doze é sobre a formação do professor, a intenção foi saber se ele teve algum tipo de preparação para trabalhar com alunos especiais. Pode ser observado na figura 12 que, proporção para os dois tipos de instituição é a mesma, 50% dos professores da rede pública de ensino de Goiânia, não possuem nenhum tipo de preparação para trabalhar com alunos especiais, e também 50% dos professores da rede privada de ensino não possuem a tal preparação

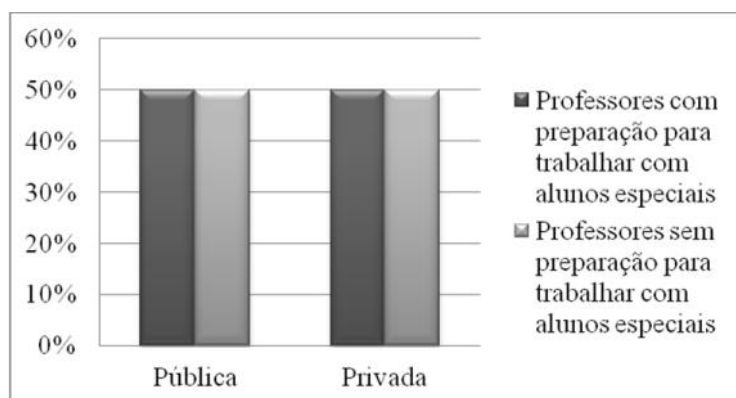


Figura 12. Número de professores que tiveram preparação para trabalhar com alunos especiais.

Na questão treze a indagação foi sobre a importância de ter uma preparação profissional para trabalhar com crianças especiais, se o docente acredita que seja importante esse preparo antes de entrar em uma sala que tenha um aluno com algum tipo de limitação (Figura 13). Apesar de 50% dos professores não possuem nenhum tipo de formação para trabalhar com alunos especiais, 100% deles defendem a importância dessa formação antes de entrar em sala que tenha um aluno especial.

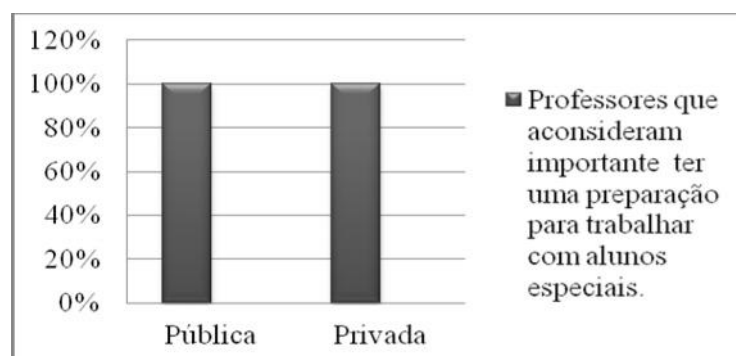


Figura 13. Números de professores acham importante que tenha uma preparação profissional para trabalhar com alunos que apresenta limitação.

A décima quarta questão tinha interesse em saber se a instituição de ensino superior do docente ofereceu algum suporte técnico para trabalhar com alunos especiais, 100% dos professores da rede pública de ensino, disseram que não teve nenhum tipo de orientação no instituto em que obteve sua formação. Das escolas privadas, 25% dos professores não tiveram a orientação no instituto de formação, e 75% afirmaram que de alguma forma tiveram uma orientação. Levando em consideração que os professores entrevistados eram todos professores de Ciências, teriam um conhecimento breve de funcionamento dos organismos, e provavelmente a disciplina de libras, que passa uma noção básica e sobre o assunto, no caso de surdo e mudo.

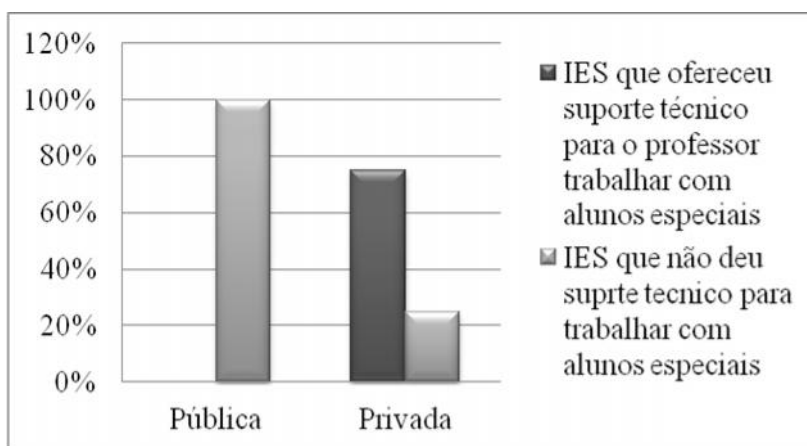


Figura 14. Instituto de educação superior que ofereceu algum suporte técnico para professores trabalharem com alunos especiais.

A questão quinze aborda o interesse do professor pelo assunto, se ele pretende fazer algum curso para aprender a lidar melhor com alunos especiais em sala (Figura 15). Como pode ser observado no gráfico abaixo, 50% dos professores da rede privada de ensino tem o interesse de fazer algum curso na área de educação inclusiva, 25% dos professores da rede pública de ensino dizem que pretendem fazer algum curso na área de inclusão, outros 75% dos professores entrevistados dizem que não pretendem fazer curso para aprender a lidar melhor com alunos especiais. É importante ressaltar que 100% desses que não realizariam o curso de especialização, afirmaram acima que acham importante que exista essa preparação.

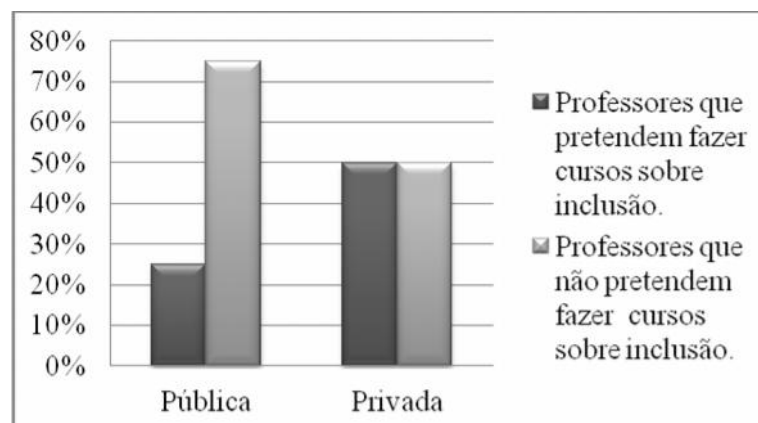


Figura 15. Docentes pretendem fazer cursos para aprender a lidar melhor com alunos especiais em sala de aula. Fonte: FERREIRA, 2013.

Na décima sexta questão foi questionada ao docente se ele acha que a escola tem obrigação de receber um aluno especial (Figura 16). Dos professores das escolas publicas, 75% concordam que a escola seja obrigada a receber o aluno especial em sala, e 25% dos acreditam que a escola não seja obrigada a receber o aluno especial na escola, a proporção é a mesma para escolas privadas. Esses 25% que tiveram uma negação, justificaram que não concordam com a ideia de que a escola deve receber o aluno especial porque a própria escola não oferece condições para o professor, tampouco para o aluno, e acabam recebendo esse aluno, conseqüentemente oferecendo uma educação de baixa qualidade.

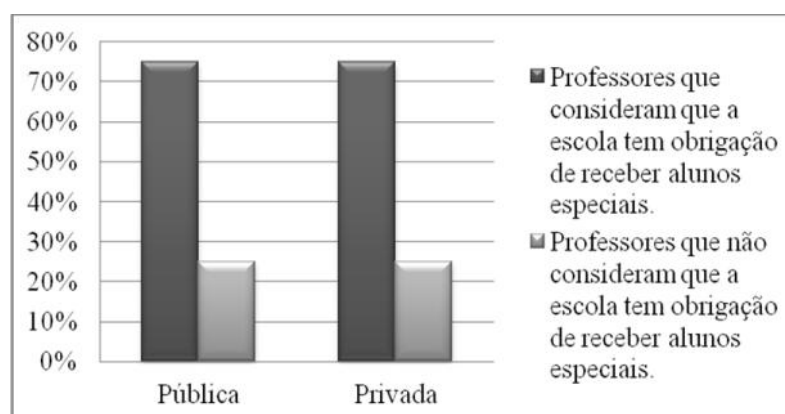


Figura 16. Opinião dos docentes em relação à obrigatoriedade da escola em receber alunos especiais. Fonte: FERREIRA, 2013.

A questão dezessete visava verificar se o professor tinha noção do que significava educação inclusiva, 87,5 % dos professores mostraram entender o conceito, apesar de indagar muito sobre a questão, pois afirmavam que o conceito não condiz com o cotidiano vivenciado por eles. 12,5% dos professores não mostraram conhecimento sobre o assunto, afirmou que a

escola não tem obrigação de receber o aluno especial e que ela faz isso para ajudar e contribuir para a formação do aluno.

É do conhecimento de todos que a educação inclusiva não é um projeto ou uma experiência que o governo está fazendo nas escolas, para saber se os alunos especiais se adaptam à escola ou se a escola consegue oferecer um ensino de qualidade a esses alunos. A educação inclusiva é uma realidade, é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, de acordo com a lei nº 7.853/89.

A questão dezoito objetivou saber se o professor tem interesse em receber um aluno especial em sua aula (Figura 17).

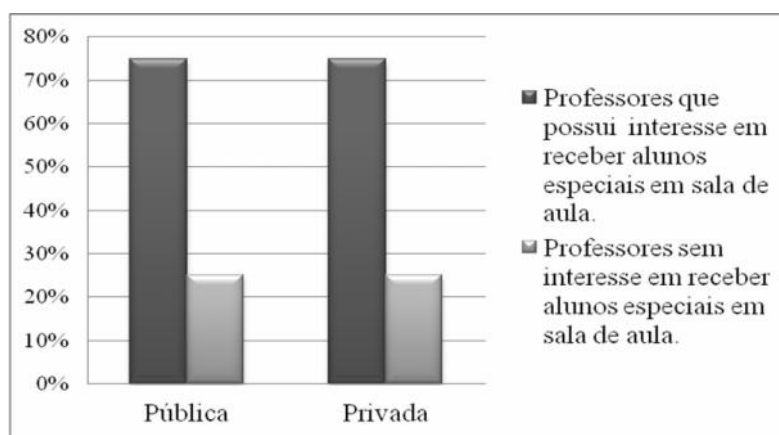


Figura 17. Professores que tem interesse em receber aluno especial em sua aula. Fonte: FERREIRA, 2013.

Dos professores da rede pública de ensino, 75% possuem interesse em receber alunos especiais em sala, mesmo não tendo nenhuma técnica para lecionar para o aluno portador de deficiência, outros 25% não tem interesse em receber tal aluno. A proporção para escolas privadas foi a mesma.

CONCLUSÃO

Com uma grande parcela das escolas que possuem alunos frequentes com alguma necessidade física ou intelectual, era de se esperar que a maioria dos docentes destas escolas soubesse como trabalhar com esses alunos, ou que a escola teria todos os recursos necessários para receber estes alunos. Mas o que foi observado está na contramão da proposta de inclusão. ARENDT, 2004, afirma que é preciso saber sobre as propostas, conhecer as políticas adotadas e os procedimentos que devem ser tomadas como base para que os deficientes tenham posse dos seus direitos.

Porém existem professores dentro dessas escolas analisadas, que não possuíam

nenhum conhecimento sobre a educação inclusiva, pois não souberam definir o que é educação inclusiva e ainda tiveram professores que acreditam que as escolas regulares não são obrigadas a receber alunos com necessidades especiais.

Portanto com base nos dados da pesquisa, torna coerente a ideia de OLIVEIRA, 2002, que diz que inclusão é fruto de uma escola de qualidade, isto é aquela instituição escolar que sabe respeitar as diferenças e realizar seu trabalho de ensino com bons resultados. Mas o que é visto atualmente é que professores não sabem ainda o que fazer, diante dessa nova realidade, muitas vezes, pela falta de formação continuada. Existe também a quase total falta de integração família/escola, dentre outros de igual tamanho no sistema educacional brasileiro demonstram mais uma vez que no Brasil as leis existem, mas o cumprimento é sempre dificultado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ligia Assunção. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério; OMOTE, Sadao. Atribuição de gravidade à deficiência física em função da extensão do acometimento e do contexto escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 11, n. 2, Ago. 2005.

ARENDT, Hannah. A Condição humana. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Univesitaria, 2004.

BLANDO, Rosa. Aprendendo na diversidade: implicações educativas. 2009. Disponível em: <[HTTP://www.fapedangola.org/temas/educação/diversidade.doc](http://www.fapedangola.org/temas/educação/diversidade.doc)>. Acesso em 2 de maio de 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

CEDES. Súmula: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 28, n. 75, ago/2008.

MALVÃO, Angélica Aparecida; BARCELLOS, Carolina Arantes P; FREITAS, Valéria Aparecida de. **Educação inclusiva**: a diversidade faz parte da vida. 2006. Disponível em: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/janus/article/viewFile/36/39>>. Acesso em: 01 out. 2012.

MASIERO, Adriane. **Os novos paradigmas da inclusão**. Abr/2009. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/novosparadigmas/>>. Acesso em: 01 out. 2012.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. **Ressignificando a Educação: a educação inclusiva para seres humanos especiais**. 2004 Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/482.htm>> Acesso em 20 nov. 2012.

OLIVEIRA, Flavia Fernandes de. Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar. **Revista Digital** - Buenos Aires - Ano 8 - N° 51 – Ago/2002.

SANCHES, Isabel, TEODRO, Antonio. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, 2006,8,63-83

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século 21. **Revista da Educação Especial**. Ou/2005 ano 1, n° 1

_____. O censo de pessoas com deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**. São Paulo, ano VI, n° 31, março/abril 2003.

SILVA, Sônia das Graças Oliveira. **A escola na formação do cidadão**. Jul/2008. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/a-escola-na-formacao-do-cidadao-481121.html>. Acesso em: 29 set. 2012.

SILVEIRA, Carolina Reis da et al. Educação Física escolar: o impacto do processo de inclusão. **Revista Digital** - Buenos Aires - Ano 13 - N° 119 – Abr/2008.

SOUZA, Luciane Porto Frazão de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. Ago/2007. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/teses/pdf/frazao_dissert.pdf. Acesso em: 29 set. 2012.

Recebido em 10 de abril de 2014.
Aprovado em 18 de abril de 2014.